

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
DE MINAS GERAIS

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 46.547.861/0001-95, com sede na cidade de CABO VERDE, MG, com endereço na AV PREFEITO DUVIVIER DA SILVA PASSOS, 86, bairro SAO JUDAS TADEU, neste ato representada pela sua sócia e representante legal, **ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS**, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Solteiro(a), data de nascimento 26/02/1984, nº do CPF 056.371.106-03, documento de identidade 56436888, SSP, SP, com domicílio / residência a AVENIDA GETULIO VARGAS, número 400 bairro / distrito CENTRO, município MONTE BELO - MINAS GERAIS, CEP 37.115-000, vêm perante esse respeitado órgão expor e ao final requerer o que segue:

RESUMO DOS FATOS:

No dia 14 de janeiro de 2022, o DETRAN/MG publicou a portaria 23/2022, cujo teor estabelece o procedimento para credenciar clínicas médicas e psicológicas.

Entre as exigências estão a adequação estrutural com sala destinada ao atendimento médico, psicológico, recepção, banheiros feminino, masculino e um adaptado aos portadores de necessidades especiais, bem como na habilitação documental, alvará da prefeitura, sanitário, auto de vistoria do corpo de bombeiros, além das comprovações técnicas dos profissionais.

De boa-fé, visando cumprir com o determinado na portaria supracitada, a solicitante locou o imóvel, realizou as obras necessárias, providenciou a expedição dos documentos de autorização e funcionamento exatamente como determina a legislação.

Ocorre que, para a surpresa de todos interessados, em razão de decisão cautelar do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Departamento de trânsito de Minas Gerais publicou nova portaria no dia 01 de junho de 2022, determinando a suspensão do processo de credenciamento.

Preocupada com a situação, visto que, já havia iniciado o procedimento para credenciar, inclusive com investimento relevante na parte estrutural e com a obtenção dos documentos pertinentes, aguardou a tramitação do feito junto ao tribunal de contas.

Pois bem, no dia 13 de dezembro de 2022 o TCE revogou parcialmente a cautelar de suspensão do processo de credenciamento, para determinar o retorno do procedimento de credenciamento das clínicas que já haviam iniciado.

Ocorre que, a requerente não conseguiu dar seguimento ao processo de credenciamento pois não havia um pré cadastrastro junto ao sistema SCE realizado antes da suspensão do certame, mesmo que comprovadamente consiga demonstrar que iniciou o procedimento logo após a portaria de credenciamento.

Preocupada, visto que, de boa-fé, fez a abertura da empresa nos moldes pactuados ainda no mês de maio de 2022, demonstrando de forma cristalina que efetivamente iniciou o processo de credenciamento nos moldes da portaria 23/2022.

Assim, adiante será comprovado de forma minuciosa o alegado utilizando documentos reais com fé pública e cuja autenticidade foi registrada na junta comercial, de modo a explicitar o direito da requerente em dar continuidade ao processo de credenciamento.

DO DIREITO A CONTINUIDADE DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DA CLINICA

Inicialmente cumpre esclarecer que o direito da requerente é baseado em comprovação documental e a finalidade da solicitação não é questionar a decisão do TCE mas tão somente demonstrar que, com base no que foi proferido pelo tribunal de contas, com a revogação da cautelar, a requerente faz jus a continuidade do seu processo de credenciamento.

Ao analisar a decisão de revogação parcial temos a seguinte determinação:

Por todo o exposto e com fundamento no art. 95, caput, e §2º (primeira parte), da Lei Complementar estadual no 102/2008 e do §2º do art. 265, §2º do Regimento Interno do Tribunal de Contas, **revogo parcialmente a decisão cautelar para AUTORIZAR a conclusão do credenciamento das clínicas que já iniciaram os procedimentos administrativos sob as regras da Portaria DETRAN-MG no 23/20225,** ficando mantida, até ulterior decisão de mérito dessa Corte, a cautelar em relação às clínicas, **cujo procedimento de credenciamento ainda não tenha se iniciado.**

De forma simples é possível concluir que foi permitida a continuidade do processo de credenciamento para as clinica que iniciaram o procedimento sob a regra da portaria 23 de 2022 e aquelas que não começaram o procedimento de credenciamento ficaram aguardando para posterior decisão.

Pois bem, a requerente consegue comprovar que iniciou o procedimento, uma vez que a portaria 23/2022 estabelece a necessidade do

contrato social, alvará da prefeitura, alvará sanitário, entre outros documentos, como bem realizado pela clinica em tela, veja-se:



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA, de NIRE 3121313232-5 e protocolado sob o número 22/264.782-5 em 26/05/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31213132325, em 26/05/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Ana Carolina Dias Mauler Bento.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
056.371.106-03	ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
040.313.296-79	BEATRIZ VILHENA FERNANDES NEVES
056.371.106-03	ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS

Belo Horizonte, quinta-feira, 26 de maio de 2022



Documento assinado eletronicamente por Ana Carolina Dias Mauler Bento, Servidor(a) Público(a), em 26/05/2022, às 10:35 conforme horário oficial de Brasília.

O documento acima trata da certidão expedida pela junta comercial do Estado de Minas Gerais, demonstrando de forma inquestionável a data em que a empresa obteve seu registro perante o órgão, ou seja, **desde maio de 2022** a clínica requerente já estava constituída nos moldes exigidos para o credenciamento.

Além do primeiro passo para o processo de credenciamento, com a criação da empresa, de boa-fé o requerente providenciou diversos documentos para cumprir com as regras da portaria 23/2022

Assim, não resta dúvida que antes de 01 de junho de 2022, quando o processo foi suspenso pelo TCE, a requerente já havia iniciado o procedimento da portaria 23/2022, ao passo que, o simples fato de não ter feito o pré cadastro não pode constituir fato para desconsiderar o início do processo com a criação da empresa dentro dos padrões estabelecidos.

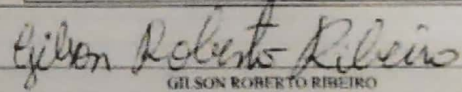


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.547.861/0001-95 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 26/05/2022
NOME EMPRESARIAL CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CV MEDICINA E PSICOLOGIA DE TRAFEGO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PREFEITO DUVIVIER DA SILVA PASSOS	NÚMERO 86	COMPLEMENTO *****
CEP 37.880-000	BAIRRO/DISTRITO SAO JUDAS TADEU	MUNICÍPIO CABO VERDE
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ASSUNCAO_ROBSON@HOTMAIL.COM	TELEFONE (11) 8204-5363	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/05/2022	

Inclusive ainda em fevereiro conforme demonstra nota abaixo já havia contratado os serviços necessários a abertura da clínica:

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA	
Razão Social da Empresa CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA DE CABO VERDE LTDA	Nº do Recibo: 1
CNPJ 46.547.861/0001-95	Período: 01/01/2022 a 28/02/2022
Recibo da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DETRAN) DA CIDADE DE CABO VERDE-MG a importância de dois mil e duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos, conforme discriminativo abaixo	
Dados do Prestador	Valor do Serviço Prestado
Nome: GILSON ROBERTO RIBEIRO	Valor: 2.266,67
CPF: 267.769.888-97	
Nº RG: 23.031.876	Descontos
Órgão Emissor: SSP Estado RG: MG	IRRF: 0,00
	Outros valores: 0,00
	INSS: ISS: 0,00
	Pensão Judicial: 0,00
	Outros descontos: 0,00
Endereço	Valor Líquido
RUA USMERINO CAMARGO, 189	Líquido: 2.266,67
VILA TENENTE Guaxupé MG	
Pagamento	
Localidade: Cabo Verde	
Data Pagamento: 28/02/2022	
Cabo Verde - MG, 28 de Fevereiro de 2022	
 GILSON ROBERTO RIBEIRO	

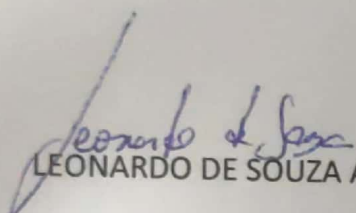
Importante ressaltar também que a decisão do TCE não faz menção a quem tenha realizado o pré cadastro, mas é clara em permitir quem havia iniciado processo de credenciamento.

DO PEDIDO


Por todo exposto e comprovado, considerando que foi possível demonstrar documentalmente que o procedimento administrativo com o registro da empresa na junta comercial ocorreu antes da suspensão do processo de

credenciamento, nos moldes exigidos pela portaria 23/2022, e assim, enquadrando-se a decisão do TCE que permitiu a continuidade dos processos de credenciamento das clínicas que haviam iniciado procedimento, requerer autorização para finalizar o credenciamento da clínica de Cabo Verde com sede em Cabo Verde, cumprindo esclarecer que o município não dispõe de clínica médica e psicotécnica credenciada pelo DETRAN/MG

BELO HORIZONTE, 07 DE MARÇO DE 2023


LEONARDO DE SOUZA AMANCIO


OAB/MG 146668

 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</p>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)		Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MGP2200415838

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

CABO VERDE
Local

25 MAIO 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____
Data Responsável

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

____/____/____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213132325 em 26/05/2022 da Empresa CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA, Nire 31213132325 e protocolo 222647825 - 26/05/2022. Autenticação: 72655BEA82B2A620E0F2975F78F43684D36939. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/264.782-5 e o código de segurança vUGx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/264.782-5	MGP2200415838	26/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
056.371.106-03	ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA

1. BEATRIZ VILHENA FERNANDES NEVES, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIA, Divorciado(a), nº do CPF 040.313.296-79, documento de identidade MG10353672, SSP, MG, com domicílio / residência a RUA SETE, número 629, bairro / distrito PARQUE DA COLINA, município MUZAMBINHO - MINAS GERAIS, CEP 37.890-000 e

2. ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Solteiro(a), data de nascimento 26/02/1984, nº do CPF 056.371.106-03, documento de identidade 56436888, SSP, SP, com domicílio / residência a AVENIDA GETULIO VARGAS, número 400, bairro / distrito CENTRO, município MONTE BELO - MINAS GERAIS, CEP 37.115-000.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia CV MEDICINA E PSICOLOGIA DE TRAFEGO.

Cláusula Segunda - O objeto social será ATIVIDADES DE PROFISSIONAL DA AREA DE SAUDE, ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANALISE, ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS DE EXAMES COMPLEMENTARES.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na AVENIDA PREFEITO DUVIVIER DA SILVA PASSOS, número 86, bairro / distrito SAO JUDAS TADEU, município CABO VERDE - MG, CEP 37.880-000.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 25/05/2022 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 20.000,00 (VINTE MIL reais) dividido em 20.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
BEATRIZ VILHENA FERNANDES NEVES	200	200,00
ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS	19.800	19.800,00
TOTAL	20.000	20.000,00

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá ao administrador(a)/sócio(a) ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no

MÓDULO INTEGRADOR: 15 MGP2200415838



MG53011392

1/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213132325 em 26/05/2022 da Empresa CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA, Nire 31213132325 e protocolo 222647825 - 26/05/2022. Autenticação: 72655BEA82B2A620E0F2975F78F43684D36939. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/264.782-5 e o código de segurança vUGx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/8

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA

objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Décima Segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Terceira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quinta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sexta - Fica eleito o foro de CABO VERDE - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento.

CABO VERDE, 25 de Maio de 2022.

BEATRIZ VILHENA FERNANDES NEVES

Sócio



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA

ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS

Sócio/Administrador

MÓDULO INTEGRADOR: 15

MGP2200415838



MG53011392

3/3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213132325 em 26/05/2022 da Empresa CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA, Nire 31213132325 e protocolo 222647825 - 26/05/2022. Autenticação: 72655BEA82B2A620E0F2975F78F43684D36939. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/264.782-5 e o código de segurança vUGx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2022 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/8



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

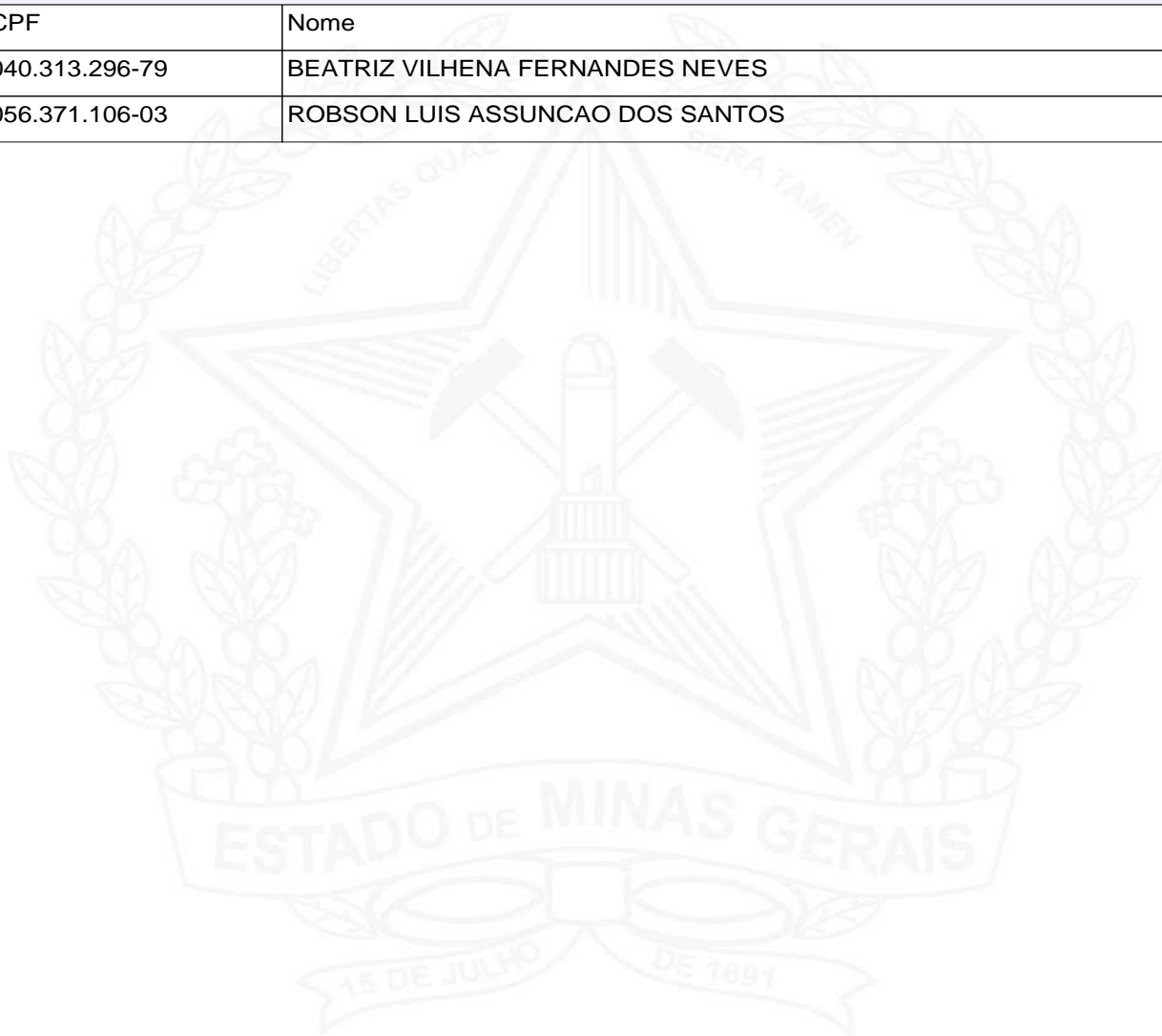
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/264.782-5	MGP2200415838	26/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
040.313.296-79	BEATRIZ VILHENA FERNANDES NEVES
056.371.106-03	ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA, de NIRE 3121313232-5 e protocolado sob o número 22/264.782-5 em 26/05/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31213132325, em 26/05/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Ana Carolina Dias Mauler Bento.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
056.371.106-03	ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
040.313.296-79	BEATRIZ VILHENA FERNANDES NEVES
056.371.106-03	ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS

Belo Horizonte, quinta-feira, 26 de maio de 2022



Documento assinado eletronicamente por Ana Carolina Dias Mauler Bento, Servidor(a) Público(a), em 26/05/2022, às 10:35 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 22/264.782-5.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quinta-feira, 26 de maio de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31213132325 em 26/05/2022 da Empresa CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA, Nire 31213132325 e protocolo 222647825 - 26/05/2022. Autenticação: 72655BEA82B2A620E0F2975F78F43684D36939. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/264.782-5 e o código de segurança vUGx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.547.861/0001-95 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/05/2022
NOME EMPRESARIAL CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CV MEDICINA E PSICOLOGIA DE TRAFEGO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente (Dispensada *)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV PREFEITO DUVIVIER DA SILVA PASSOS		NÚMERO 86	COMPLEMENTO *****
CEP 37.880-000	BAIRRO/DISTRITO SAO JUDAS TADEU	MUNICÍPIO CABO VERDE	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO ASSUNCAO_ROBSON@HOTMAIL.COM		TELEFONE (11) 8204-5363	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/05/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/12/2022** às **14:58:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA**Razão Social da Empresa**

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA

Nº do Recibo:

1

CNPJ

46.547 861/0001-95

Período: 01/02/2022 a 28/02/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DETRAN) DA CIDADE DE CABO VERDE-MG a importância de dois mil e duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos, conforme discriminativo abaixo:

Dados do PrestadorNome: **GILSON ROBERTO RIBEIRO**CPF: **267.769.888-97**Nº RG: **23.031.876**

Órgão Emissor: SSP

Estado RG: MG

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO,189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: Cabo Verde

Data Pagamento:

28/02/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

2.266,67**Descontos**

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

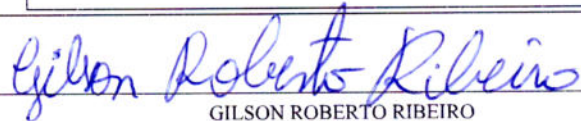
Outros descontos:

0,00**Valor Líquido**

Líquido:

2.266,67

Cabo Verde - MG, 28 de Fevereiro de 2022


GILSON ROBERTO RIBEIRO

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA**Razão Social da Empresa**

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA

Nº do Recibo:

2

CNPJ

46 547.861/0001-95

Período: 01/03/2022 a 31/03/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DENTRAN) DA CIDADE DE CABO VERDE-MG a importância de dois mil cento e sessenta reais, conforme discriminativo abaixo:

Dados do Prestador

Nome: GILSON ROBERTO RIBEIRO

CPF: 267.769.888-97

NºRG: 23.031.876

Órgão Emissor: SSP

Estado RG: MG

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO,189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: Cabo Verde

Data Pagamento:

31/03/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

2.160,00

Descontos

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

Outros descontos:

0,00

Valor Líquido

Líquido:

2.160,00

Cabo Verde - MG, 31 de março de 2022


GILSON ROBERTO RIBEIRO

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA

Razão Social da Empresa

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA DE CABO VERDE LTDA

Nº do Recibo:

3

CNPJ

46.547.861/0001-95

Período: 01/04/2022 a 30/04/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DENTRAN) DA CIDADE DE CABO VERDE-MG a importância de dois mil e trezentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos, conforme discriminativo abaixo:

Dados do PrestadorNome: **GILSON ROBERTO RIBEIRO**CPF: **267.769.888-97**Nº RG: **23.031.876**

Órgão Emissor: SSP

Estado RG: MG

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO,189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: Cabo Verde

Data Pagamento:

29/04/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

2.316,37**Descontos**

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

Outros descontos:

0,00**Valor Líquido**

Líquido:

2.316,37

Cabo Verde - MG, 29 de abril de 2022


GILSON ROBERTO RIBEIRO

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA**Razão Social da Empresa**

CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA ASSUNÇÃO DOS SANTOS LTDA

Nº do Recibo:

4

CNPJ

46.618.598/0001-88

Período: 01/05/2022 a 31/05/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DENTRAN) DA CIDADE DE GUAXUPÉ-MG a importância de dois mil cento e dezesseis reais e sessenta e sete centavos, conforme discriminativo abaixo:

Dados do PrestadorNome: **GILSON ROBERTO RIBEIRO**CPF: **267.769.888-97**Nº RG: **23.031.876**

Órgão Emissor: SSP

Estado RG: MG

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO, 189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: Guaxupé

Data Pagamento:

31/05/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

2.116,67**Descontos**

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

Outros descontos:

0,00**Valor Líquido**

Líquido:

2.116,67

Guaxupé- MG, 31 de maio de 2022


GILSON ROBERTO RIBEIRO

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA**Razão Social da Empresa**

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA ASSUNCAO DOS SANTOS LTDA

Nº do Recibo:

5

CNPJ

46.618.598/0001-88

Período: 01/06/2022 a 30/06/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DENTRAN) DA CIDADE DE GUAXUPÉ-MG a importância de dois mil novecentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos, conforme discriminativo abaixo:

Dados do Prestador

Nome: GILSON ROBERTO RIBEIRO

CPF: 267.769.888-97

Nº RG: 23.031.876

Órgão Emissor: SSP

Estado RG: MG

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO, 189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: Guaxupé

Data Pagamento:

30/06/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

2.939,33

Descontos

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

Outros descontos:

0,00

Valor Líquido

Líquido:

2.939,33

Guaxupé - MG, 30 de junho de 2022



GILSON ROBERTO RIBEIRO

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA

Razão Social da Empresa

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA ASSUNCAO DOS SANTOS LTDA

Nº do Recibo:

6

CNPJ

46.618.598/0001-88

Período: 01/07/2022 a 31/07/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DENTRAN) DA CIDADE DE GUAXUPÉ-MG a importância de dois mil e setecentos e quarenta reais, conforme discriminativo abaixo:

Dados do Prestador

Nome: **GILSON ROBERTO RIBEIRO**

CPF: **267.769.888-97**

Nº RG: **23.031.876**

Órgão Emissor: **SSP**

Estado RG: **MG**

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO,189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: **Guaxupé**

Data Pagamento:

29/07/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

2.740,00

Descontos

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

Outros descontos:

0,00

Valor Líquido

Líquido:

2.740,00

Guaxupé - MG, 29 de julho de 2022


GILSON ROBERTO RIBEIRO

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA**Razão Social da Empresa**

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA ASSUNCAO DOS SANTOS LTDA

Nº do Recibo:

7

CNPJ

46.618.598/0001-88

Período: 01/08/2022 a 31/08/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DENTRAN) DA CIDADE DE GUAXUPÉ-MG a importância de dois mil e setecentos e quarenta reais, conforme discriminativo abaixo:

Dados do Prestador

Nome: GILSON ROBERTO RIBEIRO

CPF: 267.769.888-97

Nº RG: 23.031.876

Órgão Emissor: SSP

Estado RG: MG

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO,189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: Guaxupé

Data Pagamento:

31/08/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

2.740,00

Descontos

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

Outros descontos:

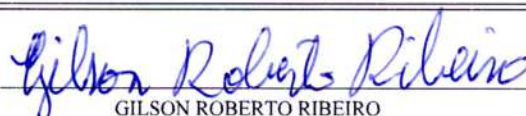
0,00

Valor Líquido

Líquido:

2.740,00

Guaxupé - MG, 31 de agosto de 2022


GILSON ROBERTO RIBEIRO

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA**Razão Social da Empresa**

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA ASSUNCAO DOS SANTOS LTDA

Nº do Recibo:

8

CNPJ

46.618.598/0001-88

Período: 01/09/2022 a 30/09/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DENTRAN) DA CIDADE DE GUAXUPÉ-MG a importância de dois mil e seiscentos e trinta reais, e sessenta e três centavos conforme discriminativo abaixo:

Dados do Prestador

Nome: GILSON ROBERTO RIBEIRO

CPF: 267.769.888-97

Nº RG: 23.031.876

Órgão Emissor: SSP

Estado RG: MG

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO,189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: Guaxupé

Data Pagamento:

30/09/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

2.630,63

Descontos

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

Outros descontos:

0,00

Valor Líquido

Líquido:

2.630,63

Guaxupé - MG, 30 de setembro de 2022


GILSON ROBERTO RIBEIRO

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA**Razão Social da Empresa**

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA ASSUNCAO DOS SANTOS LTDA

Nº do Recibo:

9

CNPJ

46.618.598/0001-88

Período: 01/10/2022 a 31/10/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DENTRAN) DA CIDADE DE GUAXUPÉ-MG a importância de um mil cento e setenta e quatro reais, e sessenta e nove centavos conforme discriminativo abaixo:

Dados do Prestador

Nome: GILSON ROBERTO RIBEIRO

CPF: 267.769.888-97

Nº RG: 23.031.876

Órgão Emissor: SSP

Estado RG: MG

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO,189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: Guaxupé

Data Pagamento:

31/10/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

1.174,69

Descontos

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

Outros descontos:

0,00

Valor Líquido

Líquido:

1.174,69

Guaxupé - MG, 31 de outubro de 2022


GILSON ROBERTO RIBEIRO

Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA**Razão Social da Empresa**

CLINICA MEDICA E PSICOTECNICA ASSUNCAO DOS SANTOS LTDA

Nº do Recibo:

10

CNPJ

46.618.598/0001-88

Período: 01/11/2022 a 30/11/2022

Recebi da Empresa acima identificada, pela prestação dos serviços REFORMA E MANUTENÇÃO PARA ABERTURA DA CLÍNICA MÉDICA E PSICOTÉCNICA (DENTRAN) DA CIDADE DE GUAXUPÉ-MG a importância de um mil e quinhentos e setenta e quatro reais, e sessenta e oito centavos conforme discriminativo abaixo:

Dados do Prestador

Nome: GILSON ROBERTO RIBEIRO

CPF: 267.769.888-97

Nº RG: 23.031.876

Órgão Emissor: SSP

Estado RG: MG

Endereço

RUA ESMERINO CAMARGO,189

VILA TENENTE

Guaxupé

MG

Pagamento

Localidade: Guaxupé

Data Pagamento:

30/11/2022

Valor do Serviço Prestado

Valor:

1.574,68

Descontos

IRRF:

0,00

Outros valores

0,00

INSS: ISS:

Pensão Judicial:

0,00

Outros descontos:

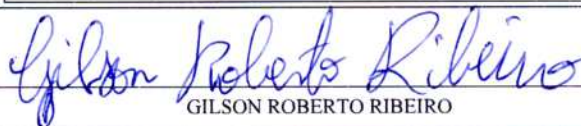
0,00

Valor Líquido

Líquido:

1.574,68

Guaxupé - MG, 30 de novembro de 2022


GILSON ROBERTO RIBEIRO

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB
FINANCIAMENTO

PREÂMBULO

I - DADOS DA CÉDULA:

Nº DA CÉDULA: 23956110

VALOR CONTRATADO: R\$ 198.736,24

DATA EMISSÃO: 19/05/2022

DATA VENCIMENTO: 25/05/2027

LOCAL DE EMISSÃO: BRASÍLIA - DF

II - DADOS DO (S) EMITENTE (S):

NOME: R. L. ASSUNCAO DOS SANTOS SERVICOS MEDICOS EIRELI

CNPJ-MF: 24.847.539/0001-49

ENDEREÇO: RUA VISCONDE DE INHOMERIM - 1093 - MOOCA - - DE 682/683 AO FIM - SÃO PAULO - SP - CEP: 03120001

ENDEREÇO ELETRÔNICO: ASSUNCAO_ROBSON@HOTMAIL.COM

III - DADOS DA CREDORA:

NOME: BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB

SIGLA: BANCO SICOOB

CNPJ/MF: 02.038.232/0001-64

ENDEREÇO: Quadra 06 - 2.080 - SIG - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - DF - CEP: 70610460

IV - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO:

NATUREZA: FINANCIAMENTO - COTAS-PARTES

BEM (NS) / SERVIÇO (S) FINANCIADO (S): FINANCIAMENTO PARA INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DE CAPITAL NA COOPERATIVA ORIGEM

VALOR CONTRATADO: R\$ 198.736,24 (cento e noventa e oito mil e setecentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos)

FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DO CRÉDITO: COOPERATIVA ORIGEM - BANCO: 756 -

AGÊNCIA: 3122 - CONTA: 8481873

FORMA DE PAGAMENTO DO CRÉDITO: COOPERATIVA ORIGEM - BANCO: 756 - AGÊNCIA: 3122 - CONTA: 8481873

Nº DE PARCELAS: 5

PERIODICIDADE DE PAGAMENTO: ANUAL

DATA DE VENCIMENTO DA PRIMEIRA PARCELA: 25/05/2023

DATA VENCIMENTO DA OPERAÇÃO: 25/05/2027

PRAÇA E LOCAL DE PAGAMENTO: BRASÍLIA - DF

VALOR INTEGRALIZADO: R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)

V - GARANTIAS:

TIPO (S) DA (S) GARANTIA (S): GARANTIA FIDEJUSSÓRIA PESSOA FÍSICA

VI - ENCARGOS FINANCEIROS:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS: 1,26 % a.m.

JUROS DE MORA: 1,00 % a.m.

ÍNDICE DE CORREÇÃO: -

PERCENTUAL DO ÍNDICE DE CORREÇÃO: %

SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO: TABELA PRICE

CET: 1,32 % a.m. / 17,27 % a.a.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CET:

VALOR TOTAL DEVIDO: R\$ 198.736,24

VALOR LIBERADO: R\$ 195.000,00 (98,12 %)

TOTAL DE DESPESAS: R\$ 3.736,24 (1,88 %), sendo:

- TARIFAS: R\$ 0,00 (0,00 %)
- IOF + IOF ADICIONAL: R\$ 3.736,24 (1,88 %)
- SEGURO: R\$ 0,00 (0,00 %) , se contratado
- DESPESAS: R\$ (0,00 %)
- DESPESAS ADICIONAIS: 0,00 (0,00 %)

VII - SEGURO PRESTAMISTA:

CONTRATAÇÃO DE SEGURO PRESTAMISTA? Não.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES GERAIS:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O objeto da presente Cédula de Crédito Bancário é a concessão de FINANCIAMENTO pela CREDORA ao (s) EMITENTE (S), nas condições especificadas no item "CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" do preâmbulo FINANCIAMENTOS .

1.2 - Na data de vencimento indicada no item "DADOS DA CÉDULA" do preâmbulo, o (s) EMITENTE (S) pagará(ão) por esta Cédula de Crédito Bancário, à CREDORA, ou à sua ordem, em moeda corrente nacional, o valor da dívida certa, líquida e exigível, correspondente ao montante do FINANCIAMENTO indicado no item "DADOS DA CÉDULA" do preâmbulo, acrescido dos encargos financeiros indicados no item "ENCARGOS FINANCEIROS" do preâmbulo, mais tarifas por serviços, se houverem, subtraída das amortizações eventualmente realizadas.

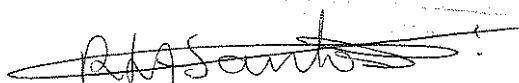
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS MEIOS DE CONTRATAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

2.1 - O (s) EMITENTE (S), o (s) AVALISTA (S), o (s) TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES), demais INTERVENIENTE (S) e Cônjuge (s)/Companheiro (s), se houver, declara (m) ciência e concordância que a presente operação de crédito poderá ser contratada através de meios eletrônicos das quais se puder verificar a autoria, mediante aposição de login, senha, assinatura eletrônica e/ou assinatura digital, nos termos da Lei 13.986, de 7 de abril de 2020 e da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

2.2 - As partes acima ainda, aceita (m) e concorda (m) que a contratação eletrônica da operação terá, para todos os fins e efeitos de direito, a mesma validade de uma ordem escrita equivalente.

2.3 - Para todos os fins e efeitos de direito e nos termos definidos pelo Banco Central do Brasil, são considerados meios eletrônicos, a Internet, aplicativos, os terminais de autoatendimento e outros meios de comunicação a distância tornados disponíveis pela CREDORA para fins de relacionamento com o (s) EMITENTE (S).

2.4 - Nas contratações efetuadas por intermédio dos meios eletrônicos, o valor do crédito e dos encargos



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

financeiros serão informados no próprio canal, no momento da contratação.

2.5 - O (s) EMITENTE (S) declara (m)-se ciente (s) e concorda (m) que a CREDORA poderá efetuar comunicações no âmbito deste instrumento, mediante os seguintes canais, considerados seguros:

- a) mensagem no texto de conta corrente;
- b) correspondência enviada ao (s) EMITENTE (S) no endereço informado à CREDORA;
- c) malas diretas;
- d) mensagem via tecnologias WAP e SMS;
- e) endereço eletrônico (e-mail) autorizado pelo (s) EMITENTE (S);
- f) Internet Banking e site institucional.

2.6 - O (s) EMITENTE (S) obriga (m)-se a manter o seu endereço, inclusive eletrônico, sempre atualizado, para o recebimento de correspondências e comunicações emitidas pela CREDORA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1 - A obrigação prevista nesta Cédula de Crédito Bancário vigorará até a liquidação total da dívida, tornando-se exigível em seu vencimento a dívida então existente e não paga ou amortizada, independentemente de notificação ou interpelação administrativa ou judicial, nela se compreendendo o principal, os juros pactuados e de mora, multa e demais encargos previstos nesta Cédula de Crédito Bancário.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 - O FINANCIAMENTO ora deferido será pago na forma indicada no item "CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" do preâmbulo, em prestações periódicas e sucessivas, calculadas conforme sistema de amortização denominado PRICE, o qual consiste em um plano de pagamento de dívida em prestações iguais, onde o valor amortizado é crescente ao longo do tempo, ao contrário dos juros, que decrescem proporcionalmente ao saldo devedor, ficando desde já acordado que os pagamentos relativos à dívida ora contratada serão efetuados na (s) data (s) ajustada (s), salvo eventual liquidação antecipada do débito.

4.2 - Todo vencimento de prestação, de amortização do principal e encargos, que ocorra em fins de semana ou feriados, poderá, para todos os fins e efeitos, a critério da CREDORA, ser deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta data, iniciando-se também, a partir desta data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

4.2.1. As parcelas cujo vencimento programado para o primeiro dia útil subsequente a fins de semana ou feriados, que tenham como forma de pagamento débito automático, poderão, a critério da CREDORA, ser descontadas no respectivo fim de semana, feriado ou primeiro dia útil seguinte.

4.2.1.1. Nesta hipótese, o (s) EMITENTE (S) está(ão) ciente (s) de que a liberação de saques em terminais eletrônicos, nos fins de semana e feriados, está condicionada à existência de saldo, já deduzidos eventuais débitos programados para o primeiro dia útil seguinte.

4.3 - O (s) EMITENTE (S) efetuará(ão) o pagamento da (s) parcela (s) relativa (s) ao presente Instrumento de Crédito, inclusive os juros pactuados e demais encargos aqui ajustados, na forma convencionada no item "CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" do preâmbulo.

4.4 - Caso a forma de pagamento do crédito definida no item "CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" seja débito em conta corrente, a CREDORA fica desde já autorizada pelo (s) EMITENTE (S) a efetuar o respectivo débito na conta corrente indicada no item "CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" do preâmbulo.

4.4.1 - O (s) EMITENTE (S) se compromete (m) a manter saldo suficiente para débito das parcelas, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

4.4.2 - Na data do vencimento de cada parcela, não havendo saldo suficiente na conta corrente de depósito para liquidação do valor devido, fica autorizada a CREDORA, e desde já autorizada pelo (s) EMITENTE (S),



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

a amortização parcial do valor da parcela.

§1º - Sobre o valor remanescente da parcela incidirão encargos de mora, nas mesmas condições pactuadas na presente Cédula, bem como as demais disposições aplicáveis à inadimplência.

§2º - O adimplemento parcial das parcelas mensais, na forma prevista nesta cédula, não elide a aplicação das disposições relativas ao vencimento antecipado da dívida.

§3º - A faculdade conferida à CREDORA nesta cláusula não implica em novação da dívida.

4.5 - O EMITENTE declara estar ciente de que, caso tenha optado pela contratação de índice pós-fixado, ou caso tenha optado pelo sistema de amortização denominado “Percentual Informado” ou “Rotativo”, conforme item “ENCARGOS FINANCEIROS”, do preâmbulo, os valores das parcelas que compõem o plano de pagamento não podem ser previamente determinados, uma vez que o indicador selecionado varia com o tempo, não sendo possível prevê-lo no momento da formalização. Dessa forma, o plano de pagamento será calculado conforme descrito na cláusula “ENCARGOS FINANCEIROS”, utilizando índice pós-fixado indicado no preâmbulo deste instrumento de crédito, e o pagamento será feito nas condições estabelecidas nesta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DA APURAÇÃO DA DÍVIDA:

5.1 - O valor total devido, incluindo encargos financeiros, tributos e outras despesas consideradas no cálculo do Custo Efetivo Total – CET, previstas no item “ENCARGOS FINANCEIROS” do preâmbulo, foram calculadas considerando a Data de Emissão desta cédula, representando as condições vigentes na data do cálculo.

5.1.1 - Caso não ocorra coincidência entre a Data de Emissão e a data de liberação do crédito, o (s) EMITENTE (S), em caráter irrevogável e irretratável, autoriza a CREDORA a proceder ao pertinente e necessário recálculo para atualização do valor total devido, que poderá ser verificado, detalhadamente, na Planilha de Cálculo prevista no item 3 a seguir.

5.2- No cálculo do Custo Efetivo Total – CET, previsto no item “ENCARGOS FINANCEIROS” do preâmbulo, não foi considerado o índice de correção monetária, caso exista, que será sempre divulgado ao (s) EMITENTE (S), na forma prevista no item abaixo.

5.3 - Sempre que necessário, para a apuração do valor exato da dívida ou de seu saldo devedor, a CREDORA emitirá planilha de cálculo que evidenciará o valor do principal da dívida, das respectivas parcelas, seus encargos, tributos e despesas contratuais até a data do cálculo, além das eventuais amortizações da dívida, documento este que integrará o presente instrumento de crédito.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL DE PAGAMENTO:

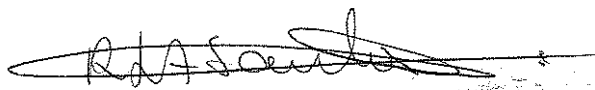
6.1 - Os pagamentos serão efetuados na praça/local de pagamento indicado no item “CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO” do preâmbulo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS FINANCEIROS E DAS TARIFAS:

7.1 - Os encargos fixados no item “ENCARGOS FINANCEIROS” do preâmbulo incidirão sobre o saldo devedor da operação, capitalizados mensalmente e exigíveis juntamente com as parcelas do principal, conforme periodicidade de pagamento prevista nesta cédula.

7.2 - Na hipótese de existência de índice de correção, o saldo devedor da operação será atualizado monetariamente por esse índice fixado no item “ENCARGOS FINANCEIROS” do preâmbulo, ao final de cada mês, no vencimento, nas amortizações e na liquidação da dívida.

Parágrafo único – A correção monetária é calculada utilizando-se o fator de correção acumulado, que pode ser obtido através do produtório (multiplicação) dos fatores diários, acumulados entre a data da liberação ou do último pagamento até a data da liquidação atual. O cálculo do fator diário e do fator acumulado serão obtidos através das seguintes fórmulas matemáticas:



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

Fator diário = $((\text{taxa de juros} + 1) ^ {1/\text{dias de divulgação da taxa}})$

O fator acumulado será obtido pelo produtório dos fatores diários

Fator acumulado = (Fator diário 1 x Fator Diário 2 ... x Fator diário n)

Onde,

Dias de divulgação da taxa = base de dias para cálculo da taxa, que pode ser mensal, trimestral, semestral, anual, dias úteis, etc.

7.3 - Além dos encargos financeiros previstos, o (s) EMITENTE (S) fica (m) obrigado (s) a pagar à CREDORA as tarifas cobradas pelo processamento desta operação, na forma da Tabela de Tarifas disponível na CREDORA, dos seus normativos internos e dos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único – O (s) EMITENTE (S) declara (m)-se ciente (s) de que os valores relativos às tarifas previstas no caput desta cláusula serão cobrados pela CREDORA, da mesma forma definida para o pagamento do crédito, conforme convencionado no item "CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" do preâmbulo.

7.4 - Além dos encargos financeiros previstos nesta Cláusula, haverá a incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA OITAVA – DA INADIMPLÊNCIA:

8.1 - Em caso de inadimplência, descumprimento de obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado da operação, incidirá, a partir do inadimplemento e sobre o valor inadimplido, índice de correção monetária pactuado no item "ENCARGOS FINANCEIROS", do preâmbulo, acrescidos dos seguintes encargos:

- a) juros remuneratórios pactuados no item "ENCARGOS FINANCEIROS" do preâmbulo;
- b) juros moratórios de 1,00 % a.m. ;
- c) multa de 2,00 % calculada e exigível nas datas dos pagamentos, sobre os valores em atraso a serem pagos e, na liquidação do saldo devedor, sobre o montante inadimplido.

Parágrafo único - Em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, o (s) EMITENTE (S) responderá ainda pelos honorários advocatícios, custas judiciais, despesas administrativas e despesas com protesto de títulos, inclusive perdas e danos.

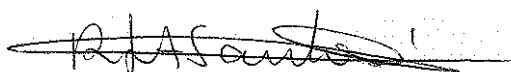
8.2 - Para os efeitos desta Cédula, entende-se por mora o retardamento do (s) EMITENTE (S) na liquidação da dívida, que será configurado, inclusive, quando não houver saldo suficiente na conta corrente de depósito para liquidação do valor devido. A configuração da mora independe de qualquer aviso, notificação ou interpelação.

8.3 - Nas hipóteses de mora e/ou inadimplemento no cumprimento da obrigação, a CREDORA fica autorizada a inscrever o (s) nome (s) do (s) EMITENTE (S) e AVALISTA (S), quando for o caso, nos órgãos de proteção ao crédito.

CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS/DÉBITOS:

9.1 - O (s) EMITENTE (S) e o (s) AVALISTA (S), quando este (s) for (em) associado (s) da CREDORA, autoriza (m) a CREDORA, em caráter irrevogável e irretratável, a critério único e exclusivo da CREDORA, a proceder à compensação, definida pelo artigo 368 do Código Civil Brasileiro, entre os créditos vencidos e vincendos de sua titularidade perante a CREDORA e/ou entidades coligadas, controladas, associadas e afins, representados por títulos e valores mobiliários, títulos de crédito em geral, contratos de financiamento e repasse, certificados e recibos de depósito cooperativo e bancário, além de outros créditos porventura existentes, e o saldo devedor final da presente operação.

9.2 - Nas operações de crédito celebradas entre associado e cooperativa de crédito, ou nas operações celebradas entre Central e Singular, fica a CREDORA autorizada, em caráter irrevogável e irretratável, a seu



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

critério, na hipótese de desligamento do (s) EMITENTE (S) do quadro social da CREDORA, a proceder à compensação, definida pelo artigo 368 do Código Civil Brasileiro, entre o saldo de capital social e o saldo devedor final da presente operação, caso em que a (s) obrigação (ões) do (s) EMITENTE (S) perante a mesma perdurará(ão) até a aprovação das contas relativas ao exercício em que se der o desligamento do (s) EMITENTE (S) do quadro social da CREDORA.

9.3 - Em caso de inadimplência, poderá ainda a CREDORA, a seu critério, efetuar a compensação entre o capital social e o saldo devedor da presente operação, com a manutenção do vínculo estatutário, desde que o (s) EMITENTE (S) preencha (m) os requisitos estatutários aplicáveis ao resgate eventual, o que fica, desde já, solicitado e autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, pelo (s) EMITENTE (S).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS:

10.1 - O (s) EMITENTE (S) autoriza (m) desde já, em caráter irrevogável e irretratável, que a (s) despesa (s) prevista (s) no subitem “INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CET” do item “ENCARGOS FINANCEIROS” do preâmbulo, quando não financiada (s), seja (m) debitada (s) à vista pela CREDORA na conta-corrente indicada no item “CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO” do preâmbulo, comprometendo-se, ainda, a manter saldo suficiente na referida conta para este fim.

10.1.2 - Caso o (s) EMITENTE (S) não possua (m) conta-corrente mantida na CREDORA, a (s) despesa (s) prevista (s) no subitem “INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CET” do item “ENCARGOS FINANCEIROS” do preâmbulo, quando não financiada (s), será(ão) descontada (s) do VALOR LIBERADO, previsto no mesmo item do preâmbulo.

10.2 - Além das despesas previstas no item “INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CET” do preâmbulo, ocorrerão por conta do (s) EMITENTE (S), do (s) AVALISTA (S) ou do (s) TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES), quando for o caso, todas as despesas que a CREDORA fizer para segurança, regularização e conservação de seus direitos creditórios e das garantias decorrentes desta Cédula, bem como os registros cartorários que se fizerem necessários, declarando-se ciente de que os valores relativos às despesas previstas nesta cláusula serão cobrados pela CREDORA, da mesma forma definida para o pagamento do crédito, conforme convencionado no item “CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO” do preâmbulo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIQUIDAÇÃO/AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA:

11.1 - No caso de amortização ou de liquidação antecipada da operação contratada a taxas prefixadas, o valor presente das parcelas antecipadas será calculado com a utilização da taxa de juros pactuada na presente Cédula, indicada no item “ENCARGOS FINANCEIROS” do preâmbulo.

11.2 - No caso de amortização ou liquidação antecipada da operação contratada a taxa pós fixada, o saldo devedor será atualizado de acordo com o índice de correção pactuado e sobre o saldo corrigido será calculado o valor do juros pela taxa de juros remuneratórios prevista no preâmbulo até a data da liquidação ou amortização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA:

12.1 - Além das hipóteses previstas em lei e nesta CCB, a dívida oriunda desta Cédula será considerada vencida antecipadamente, de pleno direito, a exclusivo critério da CREDORA, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, tornando-se exigível, desde logo, a dívida então existente e não paga ou amortizada, se o (s) EMITENTE (S) e/ou AVALISTA (S) e/ou TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES):

- a) deixar (em) de cumprir quaisquer das obrigações estipuladas nesta Cédula;
- b) tiver (em) títulos de sua responsabilidade protestados por quaisquer dos motivos legais ou for incluso nos cadastros de proteção ao crédito;
- c) figurar (em) como devedor ou réu em cobrança judicial transitada em julgado ou não;
- d) figurar (em) como devedor em situação de mora ou de inadimplemento junto à CREDORA ou qualquer outra instituição financeira ou instituição fornecedora de crédito;



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

- e) for, no caso do (s) EMITENTE (S), desligado (s) do quadro social da Cooperativa da qual é(são) filiado (s), na hipótese de operações celebradas entre associado e cooperativa de crédito;
- f) responder (em), independentemente do motivo, a processo de execução por quantia certa, ainda que haja embargos;
- g) depois de notificado (s) pela CREDORA não efetuar (em) a substituição ou reforço da garantia;
- h) incidir no previsto no (s) artigo (s) 333 e 1.425 do Código Civil Brasileiro;
- i) a não comprovação pelo (s) EMITENTE (S) da aplicação do recurso na finalidade indicada no item “CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO”, mediante a apresentação de documentação específica, em até 15 (quinze) dias a contar da solicitação da CREDORA nesse sentido, no caso de operação de financiamento com destinação do crédito definida.
- j) deixar de cumprir com a obrigação de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), da Taxa de Renovação do Licenciamento Anual do Veículo (TRLAV), do Seguro DPVAT, de multas e demais encargos que venham a incidir sobre o bem alienado fiduciariamente, quando for o caso;
- k) deixar de transferir a propriedade do veículo objeto do presente financiamento, bem como apresentar ao CREDOR cópia do novo Certificado de Registro do Veículo, constando o gravame, no prazo de até 30 (trinta) dias após a realização da sua inscrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA (S) GARANTIAS (S):

13.1 - O (s) AVALISTA (S) e seu (s) cônjuge (s) (caso existam) comparece (m) neste Instrumento de Crédito na condição de DEVEDOR (ES) SOLIDÁRIO (S), anuindo expressamente a suas cláusulas e condições, responsabilizando-se incondicionalmente com o (s) EMITENTE (S), de maneira irrevogável e irretratável, pelo cumprimento de todas as obrigações nela prevista.

13.2 - Caso oferecido bem imóvel em garantia, o (s) Emitente (s) e/ou Terceiro (s) Garantidor (es) declara (m) que o imóvel objeto da garantia:

I - não possui restrição ao uso, tais como restrições relacionadas a zoneamento, parcelamento de solo, preservação do patrimônio arqueológico e histórico;

II – não possui restrição de atividades devido à inserção em APA (Área de Preservação Ambiental) ou APP (Área de Preservação Permanente);

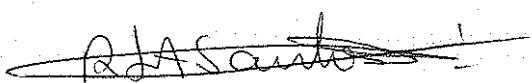
III - não está localizado em terras de ocupação indígena ou quilombola, assim definidas pela autoridade competente; e

IV - sob pena de responsabilidade civil e criminal, não é objeto de ações reais e pessoais reipersecutórias, bem como não há qualquer outro ônus real ou questionamento em nenhuma das esferas cíveis, fiscais, criminais, trabalhistas e eleitoral, seja no âmbito federal, estadual, municipal ou distrital, inclusive condominiais, que possa afetar o imóvel, obrigando-se a apresentar as certidões fiscais e as certidões negativas de ônus reais e ações reais reipersecutórias do bem imóvel.

13.2.1 - Ainda, caso oferecido bem imóvel em garantia, o (s) Emitente (s) e/ou Terceiro (s) Garantidor (es) se solteiro (a), viúvo (a), divorciado (a) ou separado (a) judicialmente, declara (m), sob responsabilidade civil e criminal, que não vive em união estável e/ou o imóvel não foi adquirido na constância da união estável, assim reconhecida na forma da lei, razão pela qual é seu (sua) único (a) e exclusivo (a) proprietário (a).

13.3 - Caso oferecido veículo em garantia, constitui obrigação do (s) EMITENTE (s) manter o veículo segurado, até o integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Cédula, em seguradora de sua livre escolha, contra roubo, furto, incêndio ou danos físicos, indicando a CREDORA como beneficiária da apólice.

13.3.1 - Na hipótese de ocorrência de sinistro, O (s) EMITENTE (s) autoriza (m) a CREDORA a receber a indenização correspondente e utilizá-la na amortização ou liquidação do saldo devedor desta Cédula. Caso o produto da realização da garantia não seja suficiente para liquidar as obrigações desta Cédula, o EMITENTE permanecerá responsável pelo saldo devedor remanescente e respectivos encargos moratórios, até sua final e total liquidação.



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

13.4 - A (s) garantia (s) constituída (s) na presente operação de crédito está(ão) detalhada (s) abaixo:

AVAL:

Intervém neste ato, lançando seus avais, sem limitação e independentemente de ordem, as pessoas identificadas e qualificadas no final deste Instrumento de Crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SEGURO PRESTAMISTA:

14.1 - Caso o (s) EMITENTE (S) opte (m) pela contratação do seguro prestamista, conforme opção assinalada no item "SEGURO PRESTAMISTA" do preâmbulo, havendo aceitação do seguro por parte da Seguradora, após análise da Proposta de Adesão ao Seguro Prestamista, fica desde já consignado que o segurado (EMITENTE (s)) terá(ão) direito à quitação do saldo devedor oriundo da presente Cédula, nos casos de morte natural ou acidental e de invalidez permanente total por acidente.

§1º - O saldo devedor do empréstimo será apurado na data do sinistro, respeitadas as condições contratuais do seguro;

§2º - Caso o (s) EMITENTE (S) seja (m) Pessoa Jurídica e a contratação do Seguro Prestamista ocorra mediante a participação proporcional ao capital dos sócios na empresa, conforme Proposta de Adesão ao Seguro, a quitação será proporcional à participação de capital do sócio sinistrado.

14.2 - O (s) EMITENTE (S) declara (m) ter ciência e concorda (m) com todos os termos, regras e condições do seguro acima mencionado, conforme pactuado na Proposta de Adesão ao Seguro Prestamista e inteiramente disciplinadas na Apólice de Seguro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBSTITUIÇÃO DAS GARANTIAS:

15.1. Poderá o Credor exigir reforço ou substituição da garantia, caso deixe de cumprir o índice de cobertura exigido quando da contratação do crédito, por qualquer razão, inclusive em decorrência de elevação do saldo devedor motivada por débitos de encargos financeiros e/ou aumento do índice de risco da operação.

15.2. Também poderá o Credor exigir a substituição da garantia ou, a seu critério, o vencimento antecipado da operação se, durante a vigência deste instrumento, for constatado, pela autoridade competente, que o imóvel objeto da garantia:

I - possui restrição ao uso, incluindo restrições relacionadas a parcelamento de solo, preservação do patrimônio arqueológico, paleontológico e histórico, ou que o (s) Emitente e/ou Terceiro (s) Garantidor (es) não cumpre (m) exigências estabelecidas pelo órgão competente;

II - está localizado em terras de ocupação indígena e quilombola e unidades de conservação, assim definidas pela autoridade competente;

III – possui qualquer passivo ambiental.

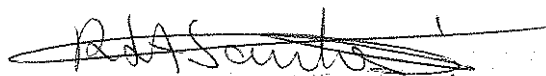
15.3 O (s) Emitente (s) deverá atender a substituição ou reforço tratadas nos itens anteriores no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento de carta registrada nesse sentido, sob pena de vencimento antecipado das obrigações assumidas nesta Cédula, sendo que a comprovação do recebimento da carta se dará por meio de nota de registro da expedição postal ou recibo protocolado de recebimento da correspondência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CESSÃO DO TÍTULO:

16.1 - O (s) EMITENTE (S) e o (s) AVALISTA (S) autoriza (m) a CREDORA a ceder, transferir ou alienar a terceiros, em qualquer época, no todo ou em parte, os direitos creditórios decorrentes deste Instrumento de Crédito, inclusive a (s) garantia (s) que for (em) prestada (s).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

17.1. O (s) Emitente (s), Avalista (s), Devedor (es) solidário (s) e o (s) Interviente (s) garantidor (es) autorizam o Credor a consultar o Sistema de Informação de Crédito do Banco Central do Brasil - Bacen para a



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

obtenção de dados sobre o (s) seu (s) endividamento (s) junto ao Sistema Financeiro Nacional e a efetuar as demais consultas cadastrais necessárias à avaliação de risco para a aprovação de seu (s) pedido (s) de concessão de crédito, sendo vedada a sua divulgação para terceiros.

17.2. Na hipótese de mora/inadimplemento no cumprimento das obrigações pactuadas, o Credor fica autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, após comunicação formal, a inscrever o (s) nome (s) do (s) Emitente (s), Avalista (s), Devedor (es) solidário (s) e o (s) Interveniente (s) garantidor (es) nos cadastros de proteção ao crédito, ainda que haja discussão judicial sobre o débito existente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS EMITENTES:

18.1 - No caso de haver mais de um EMITENTE cada um deles é solidariamente responsável pela totalidade das obrigações previstas nesta Cédula.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EMISSÃO DE CERTIFICADO PELA CREDORA:


19.1 - O (s) EMITENTE (S) reconhece (m) que a CREDORA poderá emitir certificados de Cédulas de Créditos Bancários (CCBs) mantidas sob sua custódia, inclusive a presente Cédula, para negociar esses créditos no mercado nacional ou internacional, com pessoas integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pela legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:

20.1 - O (s) Emitente (s) declara (m), sob as penas da lei, que não utiliza (m) e se obriga (m) a não utilizar no futuro, em qualquer uma das suas atividades, seja por si ou por empresas controladas ou coligadas, ou que participem do mesmo grupo econômico, mão-de-obra infantil ou mão-de-obra em condições de trabalho escravo ou degradante, observando, ainda, a legislação trabalhista, especialmente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho. Também se obriga (m) a enviaar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com seus clientes, fornecedores e prestadores de serviços. Da mesma forma, obriga-se a dar rigoroso cumprimento às leis e regulamentos destinados à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, outorgas, autorizações e estudos legalmente exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, devendo adotar, ainda, as medidas e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado em decorrência das atividades que desenvolve, inclusive por delegação a terceiros. O descumprimento desta cláusula, o envolvimento em inquérito ou apuração de tais fatos ou a inclusão em "lista suja" do Ministério do Trabalho ou de qualquer outro órgão do Governo Federal, Estadual ou Municipal, que o identifique como infrator destas obrigações, ou que investigue tais infrações, será motivo de vencimento antecipado das operações de crédito contratadas com qualquer cooperativa de crédito, Banco ou outra empresa que tenha o nome Sicoob em sua denominação, independentemente de qualquer aviso ou interpelação, judicial ou extrajudicial, quando então o valor do saldo devedor de todas as dívidas poderá ser debitado diretamente da conta-corrente do (s) Emitente (s) ou compensado com qualquer crédito do devedor junto ao Sicoob e, não havendo saldo disponível, poderá o Credor adotar as medidas judiciais cabíveis à execução e cobrança da dívida total representada por este instrumento e por qualquer instrumento de crédito firmado com o Sicoob acrescidos de uma multa diária de 1 % (um por cento) do saldo devedor apurado.

20.2 - Contrato de Depósito - O (s) Emitente (s) assume (m) a condição de depositário das licenças ambientais de que trata esta cláusula, durante a vigência desta operação de crédito e pelo prazo de 6 (seis) anos a contar da liquidação da mesma à qual estejam vinculadas as respectivas licenças, devendo apresentá-las à Cooperativa ou a quem esta vier a indicar mediante simples solicitação, quando solicitado, independente de qualquer medida judicial ou extrajudicial.

20.3 - O descumprimento das obrigações assumidas nos termos desta cláusula, bem como a cassação das licenças ambientais e/ou outorgas de água, quando exigíveis, acarretarão o vencimento antecipado deste instrumento de crédito, além da incidência de multa diária correspondente a 1 % (um por cento) do valor do crédito liberado, calculada até o valor total do empréstimo ou financiamento contratado, sem prejuízo das



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

outras multas e penalidades impostas pelo descumprimento das obrigações de pagar.

20.4 - O (s) Emitente (s) e/ou Terceiro (s) Garantidor (es) responsabilizam-se por eventuais danos ambientais que venham a ser identificados, declarando-se ciente (s) de que, caso o Credor seja compelido ao pagamento de qualquer valor, seja a título de multa ou outra penalidade, em decorrência de tais danos, o (s) Emitente (s) e/ou Terceiro (s) Garantidor (es) será(ão) cobrado (s) e irá(ão) pagá-las da mesma forma definida para o pagamento do crédito, conforme convencionado no item “Características da Operação de Crédito” do preâmbulo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1 - O (s) EMITENTE (S) poderá exercer o seu direito de portabilidade desta operação de crédito, a qualquer tempo, observadas as disposições legais e regulamentares vigentes.

21.2 - O (s) EMITENTE (S) e o (s) AVALISTA (S) e/ou TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES) declaram, para os devidos fins que todas as cláusulas deste instrumento foram previamente lidas e discutidas, especialmente as que se referem a prazo, valores negociados, multas, formas de liquidação antecipada e de vencimento antecipado da dívida.

21.3 - O presente Instrumento de Crédito será emitido em tantas vias quantas forem as partes que nele intervierem, assinadas pelo (s) EMITENTE (S) e AVALISTA (S) e/ou TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES), devendo cada uma das partes receber uma via. Somente a via da CREDORA será negociável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA:

22.1. Caso a forma de pagamento do crédito definida no item “Características da Operação de Crédito” seja débito em conta corrente, o (s) Emitente (s) autoriza (m) o Credor expressamente neste ato, a debitar em sua conta-corrente para débito indicada no item “Características da Operação de Crédito” do preâmbulo, nas datas previstas, os valores correspondentes às amortizações, encargos e demais despesas referentes a este título.

22.2. O (s) Emitente (s) obriga (m)-se a sempre manter saldo na conta-corrente suficiente para suportar os débitos ora autorizados.

22.3. Na hipótese de não haver saldo suficiente na conta-corrente do (s) Emitente (s), fica o Credor autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, tanto pelo (s) Emitente (s) como por seu (s) AVALISTA (s), a debitar os respectivos valores também em qualquer outra conta de depósito ou aplicação financeira mantida por ele (s) no SICCOB - Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil, realizando compensação de valores, na forma disciplinada pelo Código Civil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA INTEGRALIZAÇÃO DA COTA:

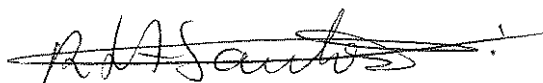
23.1 - As cotas-partes objeto deste financiamento permanecerão integradas ao capital da cooperativa emissora até a quitação da respectiva operação de crédito.

23.2 - As cotas-partes financiadas, cuja integralização foi registrada em nome do EMITENTE, permanecerão integradas ao capital da Cooperativa Singular até a liquidação da presente operação. Em caso de inadimplência ou desligamento do EMITENTE do quadro social da respectiva Cooperativa, poderá a CREDORA, a seu critério, solicitar à Cooperativa que proceda ao resgate do capital financiado, para que seja utilizado no pagamento do saldo devedor, o que fica, desde já, expressamente autorizado pelo EMITENTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR):

24.1 - O (s) EMITENTE (S) e o (s) AVALISTA (S) e/ou TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES) autorizam a CREDORA a:

(i) consultar o Sistema de Informações de Crédito (SCR), gerido pelo Banco Central do Brasil – BACEN, para a obtenção de dados sobre débitos e responsabilidades de sua titularidade junto ao Sistema Financeiro Nacional, autorização essa estendida, desde já, às demais instituições que podem consultar o SCR nos termos da regulamentação vigente e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou de



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de minha (nossa) responsabilidade;

(ii) efetuar o registro de seus dados no Sistema de Informações de Crédito (SCR), quando for o caso;

(iii) efetuar as demais consultas cadastrais necessárias à avaliação de risco para a aprovação de seu (s) pedido

(s) de concessão de crédito, junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC, Serasa, CCF e congêneres).

24.2 - O SCR tem por finalidades:

(i) fornecer informações ao BACEN para fins de monitoramento do crédito no Sistema Financeiro Nacional e para o exercício de suas atividades de fiscalização;

(ii) propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme definido no §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito.

24.3 - O (s) EMITENTE (S) e o (s) AVALISTA (S) e/ou TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES) declara (m) ciência que:

(i) poderá(ão) ter acesso aos dados constantes em seus nomes no SCR, por meio da Central de Atendimento ao Público do Banco Central do Brasil – BACEN e também por meio do sistema Registrato - Extrato do Registro de Informações no Banco Central;

(ii) as manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR e os pedidos de correções, exclusões e registros de medidas judiciais no SCR deverão ser dirigidos a CREDORA, por meio de requerimento escrito e fundamentado, acompanhado da respectiva decisão judicial, quando for o caso;

(iii) a consulta sobre qualquer informação constante do SCR dependerá da sua prévia autorização;

(iv) é de responsabilidade exclusiva da instituição financeira que registrou os dados no SCR a inserção de informações que digam respeito ao cliente e a operacionalização do cumprimento de medidas judiciais;

(v) independentemente do que conste no SCR a respeito das operações de responsabilidade do cliente, a decisão sobre a concessão de novas operações de crédito é exclusiva do Credor, segundo sua política de crédito;

(vi) os extratos das informações constantes no SCR são elaborados de acordo com critérios contábeis e metodologia específica estabelecidos pelo BACEN, podendo diferenciar-se daqueles apresentados por outros sistemas que tenham natureza e finalidade distintas; e

(vii) as informações relativas ao montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito são encaminhadas ao BACEN com base no saldo existente no último dia do mês de referência, havendo, portanto, lapso temporal entre a remessa dos dados, seu processamento pelo BACEN e sua disponibilização no SCR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS E DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:

25.1 - O (s) EMITENTE (S) e o (s) AVALISTA (S) e/ou TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES) estão cientes de que a CREDORA poderá realizar o tratamento de seus Dados Pessoais (Dados) para atingir os objetivos previstos neste instrumento de crédito, tratando-os em acordo com a legislação vigente e às determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei n.º 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais").

25.2 - Os Dados Pessoais, inclusive Dados Pessoais Sensíveis quando necessários, no âmbito do escopo previsto neste contrato, serão tratados pela CREDORA em conformidade com as disposições previstas na Política de Privacidade, disponível eletronicamente no site <https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/lgpd-privacidade> e para as finalidades nela expostas, das quais se destacam: a) para execução do contrato celebrado; b) para cumprir obrigações legais relativas ao negócio pactuado; c) para cumprir ordens judiciais ou requisições administrativas; d) para fins de consulta e proteção ao crédito.

25.3 - O (s) EMITENTE (S) e o (s) AVALISTA (S) e/ou TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES) deverá(ão) fornecer informações verdadeiras que permitam à CREDORA avaliar suas capacidades econômico-financeira, sendo o (s) EMITENTE (S) o (s) único (s) responsável (eis) pela precisão, veracidade ou falta dela em relação

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB

FINANCIAMENTO

aos Dados que fornece ou pela sua desatualização.

25.4 - Ao (s) EMITENTE (S) é facultado solicitar a confirmação da existência de tratamento de Dados Pessoais, além da exibição ou retificação de seus Dados Pessoais, nos termos definidos na Política de Privacidade, disponível eletronicamente no site <https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/lgpd-privacidade>.

25.5 - O (s) EMITENTE (S) e o (s) AVALISTA (S) e/ou TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES) autorizam a CREDORA a consultar o Sistema de Informação de Crédito do Banco Central do Brasil - Bacen para a obtenção de dados sobre o (s) seu (s) endividamento (s) junto ao Sistema Financeiro Nacional e a efetuar as demais consultas cadastrais necessárias à avaliação de risco para a aprovação de seu (s) pedido (s) de concessão de crédito, sendo vedada a sua divulgação para terceiros.

25.6 - Na hipótese de mora/inadimplemento no cumprimento das obrigações pactuadas, a CREDORA fica autorizada, em caráter irrevogável e irretratável, após comunicação formal, a inscrever o (s) nome (s) do (s) EMITENTE (S) e o (s) AVALISTA (S) e/ou TERCEIRO (S) GARANTIDOR (ES) nos cadastros de proteção ao crédito, ainda que haja discussão judicial sobre o débito existente.

25.7 - A CREDORA assegurará, quanto aos procedimentos e às tecnologias utilizados na concessão e acompanhamento da Operação de Crédito:

- (I) integridade, autenticidade e confidencialidade das informações e dos documentos eletrônicos utilizados;
- (II) proteção contra o acesso, o uso, a alteração, a reprodução e a destruição não autorizados das informações, Dados Pessoais e documentos eletrônicos;
- (III) produção de cópia de segurança das informações, Dados Pessoais e dos documentos eletrônicos; e
- (IV) rastreamento e auditoria dos procedimentos e das tecnologias empregados no processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS:

26.1 - Caso os recursos desta operação sejam provenientes de repasse interfinanceiro contratado pela CREDORA em instituição repassadora, a instituição repassadora poderá, a qualquer tempo e de forma incondicional e unilateral, cobrar diretamente do (s) EMITENTE (S) as parcelas vincendas do presente financiamento, o que fica desde já autorizado pelo (s) EMITENTE (S).

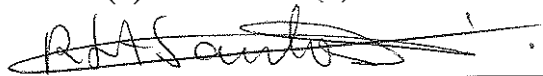
26.2 - O (s) EMITENTE (S) também autoriza, desde já, a conversão da fonte de recursos da presente operação, a qualquer momento, de recursos livres da CREDORA para repasse interfinanceiro, aplicando-se, a partir da conversão, as regras do subitem 1 acima.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO:

27.1 - Fica eleito como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões que, porventura, venham a decorrer deste Instrumento, o foro da comarca de BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

BRASÍLIA - DF, 19 de Maio de 2022.

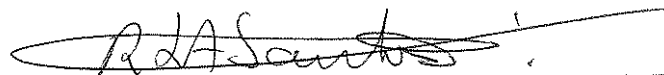
EMITENTE (S)/DEVEDOR (S):



R. L. ASSUNCAO DOS SANTOS SERVICOS MEDICOS EIRELI
CNPJ:24.847.539/0001-49



AVALISTA:



ROBSON LUIS ASSUNCAO DOS SANTOS



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB
FINANCIAMENTO

CPF: 056.371.106-03

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL: Nº 151782/SP -
Órgão expedidor: CFM-SP - Data de emissão: 10/01/2012

ENDEREÇO: RUA VISCONDE DE INHOMERIM - 1093 - MOOCA - APT 102 - SÃO PAULO - SP - CEP:
03120001

NACIONALIDADE: BRASILEIRO (A)

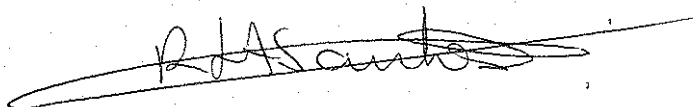
PROFISSÃO: MÉDICO CLÍNICO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO (A)

IDADE: 38 anos

FILIAÇÃO: IVONILDO DOS SANTOS FILHO

FILIAÇÃO: VILMA MARIA ASSUNCAO DOS SANTOS

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'R. Santos', is written over a horizontal line.

